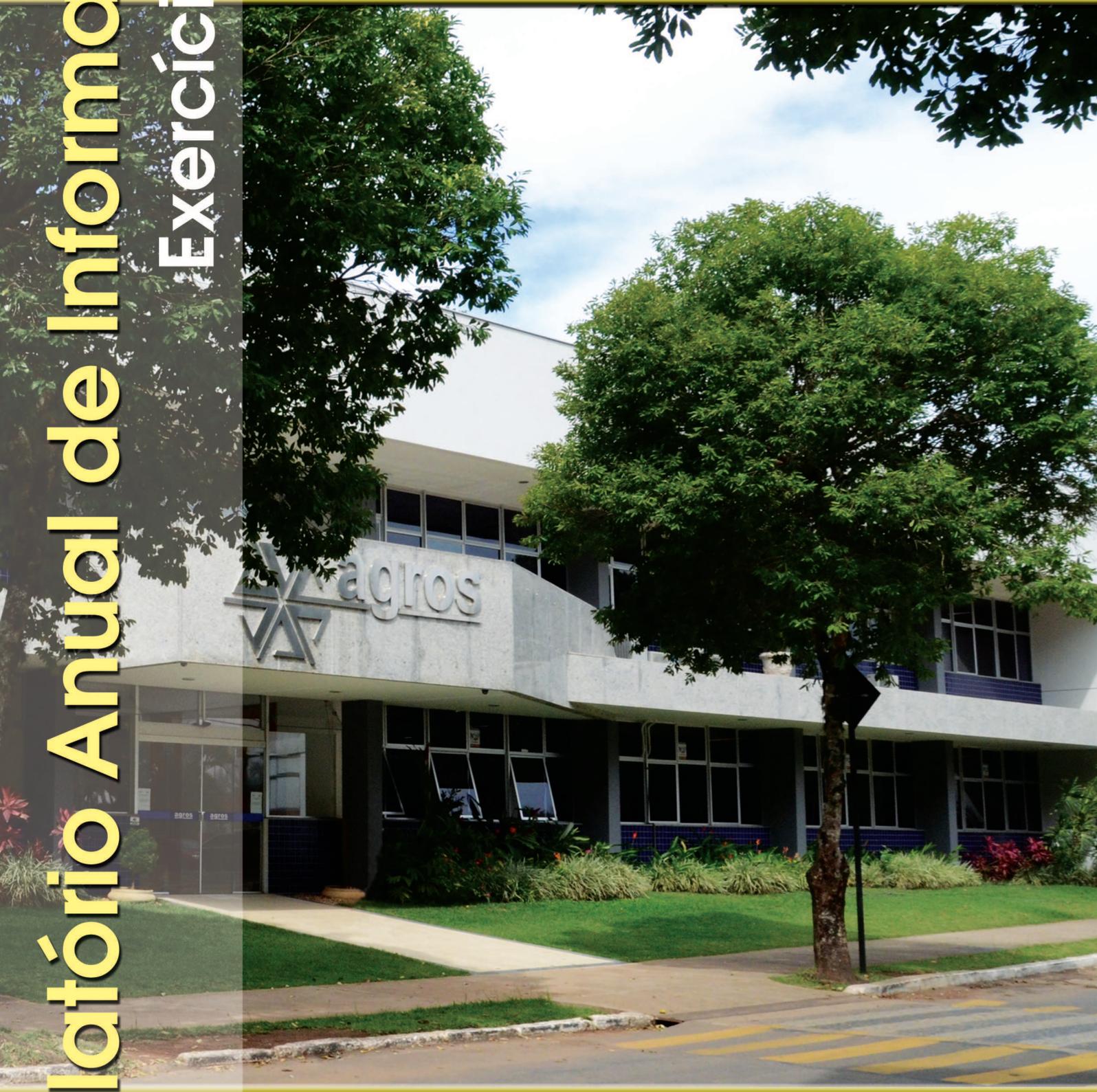


Relatório Anual de Informações Exercício 2011



Viçosa, março/2012

ÍNDICE

Principais Atividades	03
Gestão dos Planos	04
Resumo da Política de Investimentos dos Planos - Exercício 2011	06
Demonstrativo dos Investimentos	07
Desempenho Financeiro	10
Demonstração dos Balanços Patrimoniais – Consolidado	11
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada	12
Demonstração do Ativo Líquido Plano A - Celetista	13
Demonstração do Ativo Líquido Plano B - Estatutário	14
Demonstração do Ativo Líquido Plano C - AGROS CD-01	14
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano A - Celetista	15
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano B - Estatutário	15
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano C - AGROS CD-01	16
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Consolidada	16
Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios A	17
Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios B	17
Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios C	17
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	18
Balanço Patrimonial Assistencial - Ativo	18
Balanço Patrimonial Assistencial - Passivo	19
Demonstração do Resultado Assistencial	19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social Assistencial	18
Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2011 e de 2010	20
Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial nos Exercícios de 2011 e de 2010	32
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista	38
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário	39
Parecer Atuarial do Plano Instituidor AGROS CD-01	39
Relatório dos Auditores Independentes	40
Parecer do Conselho Fiscal	44
Resolução N� 266 / 2012	45

Mensagem aos participantes

Este relatório apresenta as principais atividades desenvolvidas e os resultados alcançados pelo AGROS no exercício de 2011.

Com a complexidade que há na gestão de uma organização que é, ao mesmo tempo, entidade fechada de previdência complementar e operadora de plano de saúde, o que nos dá força e tranquilidade para trabalhar incessantemente em prol das nossas metas, é exatamente a confiança que os participantes depositam na instituição e nos seus gestores.

Toda a equipe do AGROS coloca sua capacidade profissional a serviço de bons resultados; os conselheiros e os diretores se empenham ao máximo para equilibrar a capacidade financeira do Instituto com os anseios e necessidades dos participantes, com observância à legislação e às orientações dos órgãos reguladores e fiscalizadores. Mas o elemento catalisador de todas as nossas ações, capaz de transformar os nossos esforços em resultados positivos, é, sem dúvida, a credibilidade de que dispomos junto ao nosso público.

A confiança é o melhor combustível para o nosso motor e, por isso, agradecemos a todos os participantes, ativos e aposentados, a todos os dependentes e pensionistas e a todos os funcionários, que também são participantes. O que podemos oferecer como garantia é, cada vez mais, seriedade, transparência, senso de justiça e equilíbrio nas nossas decisões.

Diretoria Executiva

Apresentação

O AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social, com sede em Viçosa, no *campus* da UFV, sua patrocinadora-instituidora, possui, também, escritórios de representação em Belo Horizonte e Florestal, para melhor atender os participantes nessas localidades.

Atualmente, o AGROS possui 80 funcionários, sendo 70 lotados em Viçosa, 02 em Belo Horizonte e 08 em Florestal. Isto, para administrar 03 planos de previdência complementar, 05 planos de saúde e uma carteira de empréstimos. Além de prestar um serviço amplo e de qualidade tanto na previdência quanto na saúde, o Instituto trabalha buscando sempre a melhoria em todos os seus setores.

Para atender à demanda de transporte e locomoção, o AGROS possui dois veículos de passeio (um Santana e um Vectra), uma ambulância e uma motocicleta para serviços locais.

Ao longo deste relatório poderão ser encontradas informações completas e detalhadas sobre as principais atividades desenvolvidas em 2011; referente a todos os investimentos; aos resultados alcançados; e ao patrimônio social em 31 de dezembro de 2011.

Principais Atividades

Dentre as inúmeras ações desenvolvidas em 2011, merecem destaque:

- No setor de previdência: envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) do resultado do estudo sobre formas de destinação do superávit; elaboração de proposta e consequente aprovação da PREVIC de novos instituidores quais sejam, Sindicato dos Securitários de Minas Gerais e a Federação dos Contabilistas de Minas Gerais. Além disso, foram realizadas quatro palestras setoriais abordando temas como previdência e previdência complementar, incluindo planos de benefício definido e planos de contribuição definida.
- No setor de saúde: desenvolvimento do Projeto de Atenção Domiciliar; V campanha AGROS de Vacinação Contra Gripe (Sazonal e H1N1); participação na Campanha Outubro Rosa (prevenção do câncer de mama), em parceria com a Divisão de Saúde da UFV; I Campanha AGROS de Saúde Bucal; Implantação da Terminologia Unificada da Saúde Suplementar Médica e Odontológica.
- Participação, em parceria, da elaboração da Cartilha de Educação Financeira, desenvolvida pela Comissão Técnica Regional-Leste de Comunicação da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP).
- Linha Saúde, parceria com a Patrocinadora UFV na triagem e no transporte de pacientes para Belo Horizonte, para consultas e exames não realizados em Viçosa.
- Gestão junto à Patrocinadora com o objetivo de conseguir área para a construção do espaço próprio para o Serviço de Atendimento à Saúde Mental (Semente).
- Orientações e acompanhamentos especializados a participantes e familiares, realizados por Assistente Social.
- Desenvolvimento e formalização de Políticas Institucionais, tais como Política de Gestão de Pessoas, com o objetivo de assegurar um sistema de gestão de pessoas ético e socialmente responsável que motive e valorize o potencial humano e gere uma ambiência organizacional positiva, favorecendo assim o crescimento profissional e pessoal dos integrantes do Instituto, o cumprimento de sua missão e a continuidade do seu negócio; Política de Gestão de Riscos e Política de Prevenção de Fraudes, dentre outras, todas com o objetivo de aprimorar os métodos de controles e disseminar linhas de condutas desejáveis no desempenho das atividades organizacionais.
- Intensificação do Programa de Treinamento com o objetivo de capacitar seus funcionários para a realização de um serviço seguro, confiável e de qualidade aos participantes e seus familiares.
- Sistema de recomposição e preparação de pessoal com vistas a suprir tanto a necessidade de crescimento quanto a substituição de funcionários em fase de aposentadoria.
- Oportunidade de estágio para estudantes da UFV e de outros estabelecimentos de ensino superior de Viçosa, tendo sido oferecidas, em 2011, dez vagas para estágio.
- Atualização do seu Código de Ética e Conduta.
- Intensificação das ações do Pró-Visão – Programa de Educação para uma Vida Melhor, com a criação do portal (www.agros.org.br/provisao) e com o envio de e-mails para servidores da UFV (participantes ou não) e funcionários do AGROS, com informações relevantes sobre finanças, previdência, saúde, qualidade de vida e sobre aspectos de destaque nos regulamentos dos planos administrados pelo AGROS.

Gestão dos Planos

Os quadros apresentados a seguir ajudam a entender a atuação do AGROS e os resultados alcançados no exercício.

Empregados e Participantes Ativos, por Plano

Planos	2011		2010	
	Empregados	Participantes	Empregados	Participantes
Plano A (Celetista)	89	88	76	75
Plano B (Estatutário)	4.494	3.958	4.541	4.000
Plano AGROS-CD-01	-	709	-	530
Total	4.583	4.755	4.617	4.605

O Plano A apresentou um crescimento de 17,33% e, por se tratar de um plano para empregados regidos pelo regime de trabalho celetista, possui a quase totalidade de seus participantes ativos representada por funcionários do AGROS. O Plano B é o que possui maior número de participantes. Como ele não admite novas inscrições, a tendência é uma redução do número de participantes a cada ano. O Plano AGROS CD-01, plano de contribuição definida criado em 2008, que tem como instituidores a UFVCredi, o Sindisec e a Fecon, apresentou em 2011, um crescimento de 33,77% no número de participantes, em relação ao ano de 2010.

Número de Benefícios Previdenciários, de Renda Continuada, em Manutenção

Tipo Benefício	2011		2010		Variação Anual %
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Aposentadorias por Idade	151	20,83	156	21,25	-3,21
Aposentadoria Especial	7	0,97	8	1,09	-12,50
Aposentadoria por Tempo de Serviço	41	5,65	45	6,13	-8,89
Aposentadorias por Invalidez	225	31,03	231	31,47	-2,60
Pensão por Morte	301	41,52	294	40,06	2,38
Auxílio doença	-	-	-	-	-
Total	725	100	734	100	-1,23

Esse quadro indica que o Instituto pagou a cada mês do ano de 2011, um total de 725 benefícios de renda continuada, tendo havido uma redução de 09 benefícios em comparação ao ano de 2010.

Número de Benefícios de Pagamento Único

Tipo de Benefício	2011		2010		Variação Anual %
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Pecúlio por Morte	54	56,84	43	50,59	25,58
Auxílio Natalidade	18	18,95	23	27,06	-21,74
Auxílio Funeral	23	24,21	11	12,94	109,09
Reserva de Poupança	-	-	8	9,41	-100
Total	95	100	85	100	11,76

Os benefícios de pagamento único, ao contrário dos benefícios de renda continuada, não ocorrem todos os meses, mas sim, diante de situações eventuais. O quadro acima apresenta um crescimento no número de benefícios Pecúlio por Morte e Auxílio Funeral e uma redução do número de benefícios Auxílio Natalidade.

Receitas Previdenciárias por Tipo de Benefício

Receitas/adições (Valores em mil - R\$)				
Planos Previdenciários	2011		2010	
	Contribuições	Investimentos	Contribuições	Investimentos
Plano A (Celetista)	4.308	827	5.457	12.342
Plano B (Estatutário)	500	23.015	7.406	45.172
Plano CD-01	724	110	334	31
Total	5.532	23.952	13.197	57.545
Total Geral	29.484		70.742	

Despesas Previdenciárias

Despesas/Destações (Valores em mil - R\$)						
Planos Previdenciários	2011			2010		
	Pagamento de Benefícios	Constituições de Contingências	Despesas Administrativas	Pagamento de Benefícios	Constituição de Contingências	Despesas Administrativas
Plano A (Celetista)	4.718	4.277	2.523	4.305	3.353	2.240
Plano B (Estatutário)	6.464	163	7.590	5.445	28	6.670
Plano CD-01	16	0	4	4	0	4
Total	11.198	4.440	10.117	9.754	3.381	9.004
Total	25.755			22.139		

(*) Não foram considerados valores referentes ao custeio da Patrocinadora UFV/CLT, tendo em vista valores provisionados contingencialmente.

As receitas ou adições representam a soma das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, mais o resultado dos investimentos. As despesas ou destinações representam a soma dos pagamentos de benefícios, da constituição de contingências mais as despesas administrativas. É importante salientar que os investimentos são realizados utilizando-se a soma dos recursos disponíveis, oriundos de resultados anteriores, e não apenas o valor das contribuições.

Número de Participantes e de Dependentes dos Planos de Saúde Administrados pelo AGROS, por produto

Planos	2011					2010				
	Participantes	Dependentes	Dependentes Especiais	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Especiais	Total	%
PAS-UFV	9	22	1	32	0,21	13	29	1	43	0,29
AGROS Saúde I com Odontologia	4.066	6.357	3.169	13.592	88,41	3.969	6.441	2.809	13.219	88,04
AGROS Saúde I sem Odontologia	558	807	352	1.717	11,17	567	815	335	1.717	11,44
AGROS Saúde II com Odontologia	10	13	1	24	0,16	10	12	1	23	0,15
AGROS Saúde II sem Odontologia	4	5	0	9	0,06	5	7	0	12	0,08
Total	4.647	7.204	3.523	15.374	100	4.564	7.304	3.146	15.014	100

Receitas Assistenciais

Receitas/Adições (Valores em mil - R\$)				
	2011		2010	
	Contribuições	Investimentos	Contribuições	Investimentos
Planos assistenciais	46.930	5.065	44.941	6.170
Total	51.995		51.111	

Despesas Assistenciais

Despesas/Destações (Valores em mil - R\$)				
Planos assistenciais	2011		2010	
	Coberturas Assistenciais	Despesas Administrativas	Coberturas Assistenciais	Despesas Administrativas
	48.685	2.935	43.939	2.608
Total	51.620		46.547	

O equilíbrio entre receitas e despesas deve-se ao custeio composto por contribuições de participantes, auxílio saúde suplementar do governo federal, resultado de investimentos, mais retiradas do Fundo Assistencial.

Resumo da Política de Investimentos dos Planos - Exercício 2011 (Período de referência 01/2011 a 12/2011)

Plano A - Plano de Benefícios Previdenciários Celetista

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
INPC	5%

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	53
Renda Variável	60	25
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	10
Investimentos Estruturados	20	2
Investimentos no Exterior	5	2

Plano B - Plano de Benefícios Previdenciários Estatutário

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
INPC	5%

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	49
Renda Variável	60	25
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	14
Investimentos Estruturados	20	2
Investimentos no Exterior	2	2

Plano C - Plano de Benefícios Previdenciários AGROS CD-01

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
DI-CETIP	0

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Planos de Benefícios Assistenciais (Planos de Saúde)

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
DI-CETIP	0

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
DI-CETIP	0

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

De acordo com a Política de Investimento dos planos, todos os investimentos utilizam derivativos e possuem gestão para controle de riscos que envolvem Risco de Mercado, Risco de Liquidez, Risco de Contraparte, Risco Operacional, Risco Legal e outros.

Demonstrativo dos Investimentos

Em atendimento às Resoluções 3792, de 01/09/2009, e 3846, de 25/03/2010 do Conselho Monetário Nacional (CMN), ao Ofício Circular nº 37/2002/SPC/MPAS, à Instrução SPC nº 14 de 18/01/2007, às Resoluções MPS /CGPC nº 7, de 04/08/2005, e MPS/CGPC/MPS nº 23, de 06/12/2006, apresentamos os custos incorridos na administração dos recursos do AGROS no ano de 2011, bem como os resultados apurados em consonância com a política de investimentos dos recursos.

Custos Previstos na Política	Valores Realizados no Ano de 2011 (R\$)
Administração dos Recursos	1.311.046,97
Custódia dos Recursos	90.399,00
Corretagem	123.143,50
Auditoria Contábil e de Gestão	72.277,71

Apuração dos Resultados - Os resultados apurados nos investimentos dos ativos do AGROS, no ano de 2011, estão em consonância com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15/12/2010.

As alocações dos ativos entre os diversos segmentos respeitaram os limites de aplicação previstos na legislação mencionada e estão de acordo com as metas definidas na Política de Investimentos do AGROS:

Limites de Alocação Estratégica da Carteira por Segmento Previsto e Realizado

Previsto na Política		Alocação ano de 2011 (%)
Renda Fixa	Mínimo de 35% e Max. de 100%	55,97
Renda Variável	Máximo de 60%	22,40
Imóveis	Máximo de 8%	10,62
Empréstimos aos Participantes	Máximo de 15%	11,01

Limites de Valor em risco - Os limites de tolerância a risco foram medidos pelo *Value at Risk* (VaR) para 21 dias úteis, com grau de confiança de 95%, conforme previsto na Política de Investimentos e está sendo devidamente monitorado:

Previsto na Política	Value at Risk (VaR) (%)
Renda Fixa – 3% do valor alocado	1,5353
Renda Variável – 20% valor alocado	7,9611

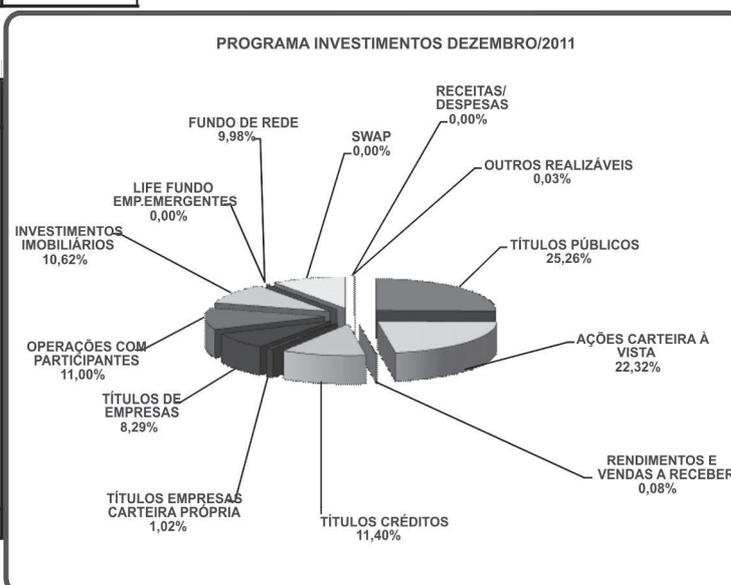
Custos da Gestão dos Recursos - Ano de 2011 (R\$)	
1. Administração de recursos	
Riskbank (Empresa de rating)	15.529,78
Agência Estado (Acompanhamento Mercado Financeiro)	20.739,60
Economática (Sistema de análises)	16.675,10
CDL (Consulta SPC/SERASA)	3.107,89
Syslg Informática (Sistema de Empréstimos)	40.925,44
Policentro Informática (Controle de Gestão de Ativos)	49.378,21
Administração de Fundos Mútuos (Asset Management)	532.799,40
Despesas Administrativas (Pessoal, Encargos e Custeio)	631.891,55
Total	1.311.046,97
2. Custódia dos recursos	
Taxa de Cust. Vol. Financeiro Renda Variável (BOVESPA)	5.070,18
Custódia e Controladoria - HSBC Bank Brasil	77.463,42
Risk Office - (VAR e DAIEA)	7.865,40
Total	90.399,00
3. Auditoria	
Auditoria Contábil e de Gestão	72.277,71
Total	72.277,71
4. Corretagem	
Votorantim CTVM Ltda.	36.646,91
UBS Warburg C.C.V.M. S/A	28.277,44
Mundinvest S/A C.C.V.M	24.078,95
Fator S/A CV	34.140,20
Total	123.143,50
Total Geral	1.596.867,18

Total da Alocação dos Recursos da Entidade (em R\$)

Segmentos de Aplicação	Patrimônio		Política de Investimentos
	dezembro-11		
	Valor	Participação	Limite Máximo
RENDA FIXA	358.084.077,37	55,97%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	143.354.452,71	22,40%	60,00%
IMÓVEIS	67.945.695,76	10,62%	8,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	70.473.445,65	11,01%	15,00%
Total..	639.857.671,49	100,00%	-

Posição do Programa de Investimentos DEZEMBRO/2011 (em R\$)

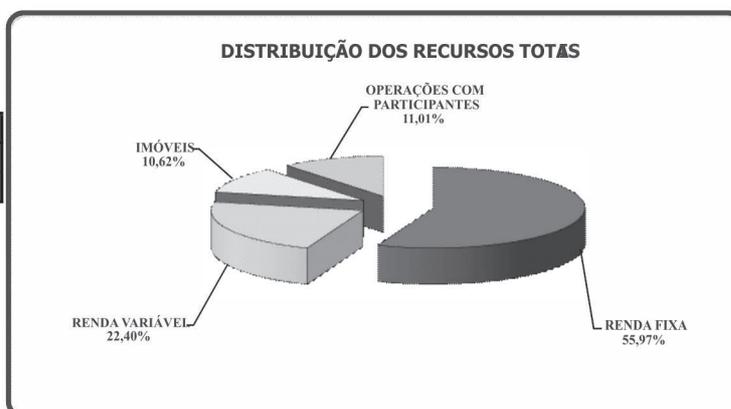
Segmentos de Ativos	Valor	Participação
TÍTULOS PÚBLICOS	161.664.654,94	25,26%
AÇÕES CARTEIRA À VISTA	142.863.629,13	22,32%
RENDIMENTOS E VENDAS A RECEBER	490.823,58	0,08%
TÍTULOS CRÉDITOS	72.971.891,42	11,40%
TÍTULOS EMPRESAS CARTEIRA PRÓPRIA	6.525.800,83	1,02%
TÍTULOS DE EMPRESAS	53.048.358,46	8,29%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	70.473.445,65	11,00%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	67.945.695,76	10,62%
LIFE FUNDO EMP.EMERGENTES	-	0,00%
SWAP	(8.812,88)	0,00%
FUNDO DE REDE	63.879.118,74	9,98%
RECEITAS/DESPESAS	3.065,83	0,00%
OUTROS REALIZÁVEIS	164.587,17	0,03%
TOTAL..	640.022.258,63	100,00%



Limites de Valor em Risco - (VaR)

Previsto na Política	"Value at Risk" (VaR)
Renda Fixa – 3% do valor alocado	1,5353%
Renda Variável – 20% valor alocado	7,9611%

Os limites de tolerância a risco foram medidos pelo "Value at Risk" (VaR) modelo não paramétrico, com grau de confiança de 95%, considerando o horizonte de tempo e as oscilações do mercado.



Rentabilidades (calculada pelo método de cotas)

	Renda Fixa ¹	Renda Variável ²	Empréstimos Brutos	Imóveis	R.G.R.T. ³	Taxa Atuarial ⁴	IBOVESPA ⁵	Taxa SELIC
ACUMULADO ANO 2011:	13,6173%	-15,7837%	16,7897%	16,9872%	5,5749%	11,3839%	-18,1109%	11,6210%

Observações:

- 1 - Rentabilidade dos Títulos de Renda Fixa e Fundos de Investimentos
- 2 - Rentabilidade da Carteira de Ações
- 3 - Rentabilidade dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas
- 4 - INPC + 5,00% a.a (Taxa Atuarial)
- 5 - Índice da Bolsa de Valores de São Paulo

QUADRO DE METAS			
SEGMENTO	Plano A	Plano B	Plano CD-01 e PGA
Renda Fixa	IPCA + 6% aa	IPCA + 6% aa	100% CDI
Renda Variável	IBOVESPA	IBOVESPA	X
Investimentos Estruturados	IPCA + 5% aa	IPCA + 5% aa	X
Investimentos no Exterior	IPCA + 5% aa	IPCA + 5% aa	X
Imóveis	IPCA + 5% aa	IPCA + 5% aa	X
Empréstimos a Participantes	INPC + 7% aa	INPC + 7% aa	X
Meta atuarial	INPC + 5% aa	INPC + 5% aa	INPC + 5%

As alocações dos ativos do AGROS no ano de 2011, entre os diversos segmentos, respeitaram os limites de aplicação previsto na Resolução 3.792 do BACEN de 24/09/2009 e 3.846 de 25/03/2010 se encontram de acordo com as metas definidas na Política de Investimentos do AGROS, aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15/12/2010, resolução 0243/2010.

Desempenho Financeiro

O ano de 2011 apresentou um cenário econômico onde predominou a continuidade e o agravamento dos problemas de anos anteriores. A crise da dívida dos países desenvolvidos, especialmente os europeus, deu o tom da instabilidade na economia mundial.

Medidas como aperto na política fiscal e intervenção do Banco Central da região (BCE) amenizaram a crise, porém não afastaram o risco de recessão nestes países.

Nos Estados Unidos, foi detectado o aumento no endividamento dos consumidores e a alta taxa de desemprego.

A China, do grupo dos países emergentes, ao contrário da maioria das potências mundiais, adotou medidas de incentivo à economia e manteve o crescimento do PIB em patamares bem acima da média do resto do mundo.

O crescimento mundial ficou modesto, devido, principalmente, ao fraco desempenho das economias desenvolvidas.

Apesar de o cenário global indicar instabilidade para o mercado financeiro, os riscos de uma crise maior, como a de 2008, foram reduzidos consideravelmente.

No Brasil, iniciou-se, no final de 2010, um ciclo restritivo de política econômica, cujo objetivo era conter o forte avanço da demanda interna e seus efeitos sobre a inflação. Para isso, o governo utilizou diferentes ferramentas. O Copom aumentou a taxa Selic que chegou ao patamar de 12,50% ao ano. Além disso, foram tomadas outras medidas para conter o mercado de crédito.

Esse cenário contracionista, aliado à crise externa, culminou com um impacto negativo no desempenho da economia nacional no segundo semestre de 2011. Efeitos como as reduções no fluxo de capitais para o país e na confiança de empresários e consumidores foram os maiores reflexos.

O resultado disso foi uma desaceleração econômica superior à esperada. O crescimento do PIB de 2011 ficou em 2,70%, ou seja, bem abaixo da expectativa de 4,5%. Com isso, o Copom surpreendeu e iniciou uma queda brusca na taxa Selic, que fechou o ano com 11%. O governo também tomou medidas de incentivo ao consumo, que tiveram como objetivo combater

os efeitos do cenário negativo mundial sobre a economia brasileira.

Tendo sempre o cenário externo e o nacional como referência, o AGROS manteve sua política de prudência e reponsabilidade com relação a seus investimentos.

Atento ao cenário e observando os limites estabelecidos pela legislação aplicável e pela Política de Investimentos, o AGROS encerrou o exercício de 2011 com 55,97% dos recursos totais investidos em renda fixa, que atingiu a rentabilidade de 13,61% a.a. A carteira imobiliária apresentou rentabilidade de 16,98% e a de empréstimos, de 16,79%.

A carteira de ações teve rentabilidade negativa de 15,78%, porém, atingiu performance superior ao da Bovespa, seu *benchmark*, que foi negativa em 18,11% neste mesmo período. Destacam-se como principal motivo deste desempenho negativo, a crise na Europa e a lenta recuperação da economia americana.

Numa apuração separada por plano, nota-se que o Plano A (Celetistas) atingiu rentabilidade de 4,04 % e o Plano B (Estatutário), de 5,02%, por possuírem a totalidade da Carteira de Ações em seu portfólio.

O Plano C ou AGROS CD-01 obteve rentabilidade de 13,44%, o que se deve à concentração de aplicações em Renda Fixa.

O Programa de Gestão Administrativa (PGA), também composto de ativos de Renda Fixa, obteve uma rentabilidade de 13,34%.

O Plano Assistencial apresentou rentabilidade de 12,60%.

No cômputo total, o AGROS obteve 5,57% de rentabilidade geral, ficando abaixo da meta atuarial que foi de 11,38%. Como pode ser notado, essa performance foi afetada pelo resultado negativo do desempenho da bolsa de valores durante o ano. É importante registrar que nos últimos 10 anos, a meta atuarial acumulada é de 229,57% e, no entanto, o AGROS atingiu 383,25%, resultado muito acima da expectativa.

E, apesar de o resultado de 2011 não ter sido o esperado, o AGROS está otimista para o ano de 2012, principalmente, no que se refere à solução da crise mundial e, consequentemente, a melhores retornos para os seus investimentos.

Demonstração dos Balanços Patrimoniais – Consolidado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Ativo	2011	2010	Passivo	2011	2010
<u>Disponível</u>	105	75	<u>Exigível Operacional</u>	<u>5.746</u>	<u>4.471</u>
<u>Realizável</u>	<u>604.682</u>	<u>593.253</u>	Gestão Previdencial	2.858	322
Gestão Previdencial	40	392	Gestão Administrativa	2.337	3.462
Gestão Administrativa	8.215	6.646	Investimentos	551	687
Investimentos	<u>596.427</u>	<u>586.215</u>	<u>Exigível Contingencial</u>	<u>23.389</u>	<u>21.637</u>
Créditos Privados e Depósitos	6.526	6.128	Gestão Previdencial	0	163
Ações	143.354	169.459	Gestão Administrativa	4.703	4.366
Fundos de Investimentos	307.963	285.690	Investimentos	18.686	17.108
Investimentos Imobiliários	67.946	60.029	<u>Patrimônio Social</u>	<u>578.567</u>	<u>569.829</u>
Empréstimos e Financiamentos	70.473	64.730	<u>Patrimônio de Cobertura do Plano</u>	<u>448.786</u>	<u>441.559</u>
Outros Realizáveis	165	179	<u>Provisões Matemáticas</u>	<u>371.155</u>	<u>351.801</u>
<u>Permanente</u>	<u>2.915</u>	<u>2.609</u>	Benefícios Concedidos	152.742	145.265
Imobilizado	2.885	2.216	Benefícios a Conceder	218.413	206.536
Intangível	30	393	<u>Equilíbrio Técnico</u>	<u>77.631</u>	<u>89.758</u>
<u>Gestão Assistencial</u>	<u>46.984</u>	<u>45.969</u>	<u>Resultados Realizados</u>	<u>77.631</u>	<u>89.758</u>
			Superávit Técnico Acumulado	77.631	89.758
			<u>Fundos</u>	<u>129.781</u>	<u>128.270</u>
			Fundos Previdenciais	99.357	102.528
			Fundos Administrativos	29.184	25.119
			Fundos dos Investimentos	1.240	623
			<u>Gestão Assistencial</u>	<u>46.984</u>	<u>45.969</u>
Total do Ativo	654.686	641.906	Total do Passivo	654.686	641.906

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores em Mil - R\$)

	DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - Início do Exercício	609.517	558.312	9,17%
	1. Adições	105.118	144.331	-27,17%
(+)	Contribuições Previdenciais	5.532	4.194	31,90%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.068	74.718	-59,76%
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	163	0	
(+)	Receitas Administrativas	14.119	9.506	48,53%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.625	4.323	-39,28%
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	617	480	28,54%
(+)	Receitas Assistenciais	51.994	51.110	1,73%
	2. Destinações	96.005	93.126	3,09%
(-)	Benefícios	11.197	9.754	14,79%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.233	17.172	-5,47%
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	4.276	3.381	26,47%
(-)	Despesas Administrativas	12.315	15.754	-21,83%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	31	106	-70,75%
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	333	412	-19,17%
(-)	Despesas Assistenciais	51.620	46.547	10,90%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	9.113	51.205	-82,20%
(+/-)	Provisões Matemáticas	19.355	41.430	-53,28%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-12.127	-93.554	-87,04%
(+/-)	Fundos Previdenciais	-3.171	100.728	-103,15%
(+/-)	Fundos Administrativos	4.065	-2.442	-266,46%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	617	480	28,54%
(+/-)	Gestão Assistencial	374	4.563	-91,80%
	B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	618.630	609.517	1,50%

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Viçosa, 31 de Dezembro de 2011.

Demonstração do Ativo Líquido Plano A (Celetista)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
1. Ativos	143.957	147.826	-2,62
Disponível	19	20	-5,00
Recebíveis	7.588	6.870	10,45
Investimentos	136.350	140.936	-3,25
Créditos Privados e Depósitos	1.628	1.528	6,54
Ações	36.950	46.768	-20,99
Fundos de Investimentos	69.413	67.821	2,35
Investimentos Imobiliários	15.829	13.977	13,25
Empréstimos	12.491	10.799	15,67
Outros Realizáveis	39	43	-9,30
2. Obrigações	11.341	9.873	14,87
Operacional	1.265	835	51,50
Contingencial	10.076	9.038	11,48
3. Fundos Não Previdenciais	7.694	6.649	15,72
Fundos Administrativos	7.588	6.531	16,18
Fundos de Investimentos	106	118	-10,17
4 Ativo Líquido (1-2-3)	124.922	131.304	-4,86
Provisões Matemáticas	85.578	76.409	12,00
Superávit / Déficit Técnico	6.722	19.102	-64,81
Fundos Previdenciais	32.622	35.793	-8,86

Demonstração do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
1. Ativos	455.342	441.391	3,16
Disponível	28	15	86,67
Recebíveis	21.636	18.641	16,07
Investimentos	433.678	422.735	2,59
Créditos Privados e Depósitos	4.898	4.599	6,50
Ações	106.405	122.691	-13,27
Fundos de Investimentos	212.152	195.325	8,61
Investimentos Imobiliários	52.116	46.052	13,17
Empréstimos	57.982	53.932	7,51
Outros Realizáveis	125	136	-8,09
2. Obrigações	10.752	10.061	6,87
Operacional	2.141	1.828	17,12
Contingencial	8.611	8.233	4,59
3. Fundos Não Previdenciais	22.730	19.094	19,04
Fundos Administrativos	21.596	18.588	16,18
Fundos de Investimentos	1.134	506	124,11
4 Ativo Líquido (1-2-3)	421.860	412.236	2,33
Provisões Matemáticas	284.216	274.845	3,41
Superávit / Déficit Técnico	70.909	70.656	0,36
Fundos Previdenciais	66.735	66.735	0,00

Demonstração do Ativo Líquido Plano C (AGROS CD-01)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
1. Ativos	1.363	548	148,72
Disponível	0	4	-100,00
Investimentos	1.363	544	150,55
Fundos de Investimentos	1.363	544	150,55
2. Obrigações	2	1	100,00
Operacional	2	1	100,00
3. Ativo Líquido (1-2)	1.361	547	148,81
Provisões Matemáticas	1.361	547	148,81

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano A (Celetista)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Descri�o		2011	2010	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	131.304	123.403	6,40
	1. Adic�es	10.781	27.506	-60,80
(+)	Contribui�es Previdenciárias	4.308	5.457	-21,06
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.473	22.049	-70,64
	2. Destina�es	17.163	19.605	-12,46
(-)	Benefícios	4.718	4.305	9,59
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.646	9.707	-41,84
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	4.276	3.353	27,53
(-)	Custeio Administrativo	2.523	2.240	12,63
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-6.382	7.901	-180,77
(+/-)	Provisões Matemáticas	9.169	10.352	-11,43
(+/-)	Fundos Previdenciais	-3.171	33.993	-109,33
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-12.380	-36.444	-66,03
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	124.922	131.304	-4,86
	C) Fundos Não Previdenciais	7.693	6.648	15,72
(+/-)	Fundos Administrativos	7.588	6.531	16,18
(+/-)	Fundos de Investimentos	105	117	-10,26

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Descri�o		2011	2010	Variacão(%)
	A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	412.236	371.891	10,85
	1. Adic�es	34.265	60.042	-42,93
(+)	Contribui�es Previdenciárias	500	7.406	-93,25
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	33.602	52.636	-36,16
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	163	0	
	2. Destina�es	24.641	19.697	25,10
(-)	Benefícios	6.464	5.445	18,71
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.586	7.464	41,83
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	0	28	-100,00
(-)	Custeio Administrativo	7.591	6.760	12,29
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	9.624	40.345	-76,15
(+/-)	Provisões Matemáticas	9.371	30.720	-69,50
(+/-)	Fundos Previdenciais	0	66.735	-100,00
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	253	-57.110	-100,44
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	421.860	412.236	2,33
	C) Fundos Não Previdenciais	22.730	19.094	19,04
(+/-)	Fundos Administrativos	21.596	18.588	16,18
(+/-)	Fundos de Investimentos	1.134	506	124,11

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano C (AGROS CD-01)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Descri�o		2011	2010	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	547	189	189,42
	1. Adic�es	834	367	127,25
(+)	Contribui�es Previdenciárias	724	334	116,77
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	110	33	233,33
	2. Destina�es	20	9	122,22
(-)	Benefícios	16	4	300,00
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	1	-100,00
(-)	Custeio Administrativo	4	4	0,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	814	358	127,37
(+/-)	Provisões Matemáticas	814	358	127,37
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	1.361	547	148,81

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido - Consolidada

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Descri�o		2011	2010	Variacão (%)
	A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	609.517	558.312	9,17
	1. Adic�es	105.118	144.331	-27,17
(+)	Contribui�es Previdenciais	5.532	4.194	31,90
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.068	74.718	-59,76
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	163	0	
(+)	Receitas Administrativas	14.119	9.506	48,53
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.625	4.323	-39,28
(+)	Constitui�o de Fundos de Investimentos	617	480	28,54
(+)	Receitas Assistenciais	51.994	51.110	1,73
	2. Destina�es	96.005	93.126	3,09
(-)	Benefícios	11.197	9.754	14,79
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.233	17.172	-5,47
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	4.276	3.381	26,47
(-)	Despesas Administrativas	12.315	15.754	-21,83
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	31	106	-70,75
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	333	412	-19,17
(-)	Despesas Assistenciais	51.620	46.547	10,90
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	9.113	51.205	-82,20
(+/-)	Provisões Matemáticas	19.355	41.430	-53,28
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-12.127	-93.554	-87,04
(+/-)	Fundos Previdenciais	-3.171	100.728	-103,15
(+/-)	Fundos Administrativos	4.065	-2.442	-266,46
(+/-)	Fundos dos Investimentos	617	480	28,54
(+/-)	Gestão Assistencial	374	4.563	-91,80
	B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	618.630	609.517	1,50

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios A (Celetista)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	92.300	95.511	-3,36
1. Provisões Matemáticas	85.578	76.409	12,00
1.1. Benefícios Concedidos	49.434	47.811	3,39
Benefício Definido	49.434	47.811	3,39
1.2. Benefícios a Conceder	36.144	28.598	26,39
Benefício Definido	36.144	28.598	26,39
2. Equilíbrio Técnico	6.722	19.102	-64,81
2.1. Resultados Realizados	6.722	19.102	-64,81
Superávit Técnico Acumulado	6.722	19.102	-64,81
Reserva de Contingência	6.722	19.102	-64,81

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios B (Estatutário)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	355.125	345.501	2,79
1. Provisões Matemáticas	284.216	274.845	3,41
1.1. Benefícios Concedidos	103.308	97.454	6,01
Benefício Definido	103.308	97.454	6,01
1.2. Benefícios a Conceder	180.908	177.391	1,98
Benefício Definido	180.908	177.391	1,98
2. Equilíbrio Técnico	70.909	70.656	0,36
2.1. Resultados Realizados	70.909	70.656	0,36
Superávit Técnico Acumulado	70.909	70.656	0,36
Reserva de Contingência	70.909	68.711	3,20
Reserva para Revisão do Plano	0	1.945	-100,00

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios C (AGROS CD-01)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	1.361	547	148,81
1. Provisões Matemáticas	1.361	547	148,81
1.2. Benefícios a Conceder	1.361	547	148,81
Contribuição Definida	1.361	547	148,81
Saldo de Contas - Parcela Participantes	1.361	547	148,81

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	25.119	27.561	-8,86
1. Custeio da Gestão Administrativa	16.744	13.830	21,07
1.1 Receitas	16.744	13.830	21,07
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	10.120	9.071	11,56
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	769	195	294,36
Receitas Diretas	1	40	-97,50
Resultado Positivo dos Investimentos	2.625	4.323	-39,28
Reembolso da Gestão Assistencial	2.528	110	2198,18
Outras Receitas	701	91	670,33
2. Despesas Administrativas	12.648	16.166	-21,76
2.1 Administração Previdencial	9.162	7.584	20,81
Pessoal e Encargos	6.029	4.644	29,82
Treinamentos/Congressos e Seminários	87	84	3,57
Viagens e Estadias	184	140	31,43
Serviços de Terceiros	1.908	1.814	5,18
Despesas Gerais	391	224	74,55
Depreciações e Amortizações	211	264	-20,08
Contingências	306	404	-24,26
Outras Despesas	46	10	360,00
2.2 Administração dos Investimentos	1.024	1.070	-4,30
Pessoal e Encargos	787	817	-3,67
Treinamentos/Congressos e Seminários	1	1	0,00
Viagens e Estadias	2	2	0,00
Serviços de Terceiros	207	219	-5,48
Despesas Gerais	4	2	100,00
Contingências	10	8	25,00
Outras Despesas	13	21	-38,10
2.3 Administração Assistencial	2.462	0	-
2.4 Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	7.512	-100,00
3. Resultado Negativo dos Investimentos	31	106	-70,75
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	4.065	-2.442	-266,46
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	4.065	-2.442	-266,46
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	29.184	25.119	16,18

Balanço Patrimonial Assistencial - Ativo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil - R\$)

Ativo	2011	2010
Ativo Circulante	46.984.294,61	45.881.344,13
Disponível	49.042,73	10.901,05
Realizável	46.935.251,88	45.870.443,08
Aplicações	43.595.012,10	42.622.224,78
<u>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</u>	<u>3.335.346,99</u>	<u>2.868.856,31</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber	2.728.021,54	2.395.242,46
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	607.325,45	473.613,85
Títulos e Créditos a Receber	305,00	128,34
Outros Valores e Bens	4.587,79	379.233,65
Ativo Não Circulante	-	87.455,51
Realizável a Longo Prazo	-	87.455,51
Valores e Bens	-	87.455,51
Total do Ativo	46.984.294,61	45.968.799,64

Balanço Patrimonial Assistencial - Passivo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil - R\$)

Passivo	2011	2010
Passivo Circulante	<u>5.307.916,79</u>	<u>4.704.900,64</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	<u>4.108.606,23</u>	<u>3.286.935,12</u>
Provisão de Eventos a Liquidar	1.914.257,59	2.146.518,64
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	2.194.348,64	1.140.416,48
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	<u>200.966,47</u>	<u>252.085,86</u>
Contraprestações a Restituir	17.223,20	105.625,93
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	183.743,27	146.459,93
Débitos de Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. C/ Planos de Saúde da Operadora	<u>3.548,42</u>	<u>2.447,55</u>
Tributos e Contribuições a Recolher	<u>379.862,63</u>	<u>325.385,70</u>
Débitos Diversos	<u>614.933,04</u>	<u>838.046,41</u>
Passivo Não Circulante	<u>1.613.750,42</u>	<u>1.575.836,25</u>
Exigível a Longo Prazo	<u>1.613.750,42</u>	<u>1.575.836,25</u>
Provisões	1.613.750,42	1.575.836,25
Patrimônio Social	<u>40.062.627,40</u>	<u>39.688.062,75</u>
Patrimônio Social	40.062.627,40	39.688.062,75
Total do Passivo	<u>46.984.294,61</u>	<u>45.968.799,64</u>

Demonstração do Resultado Assistencial

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil - R\$)

Descrição	2011	2010
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	<u>24.521.030,84</u>	<u>24.016.305,69</u>
Contraprestações Líquidas	24.521.030,84	23.613.284,55
Variação das Provisões Técnicas	-	403.021,14
Eventos Indenizáveis Líquidos	<u>(24.860.433,90)</u>	<u>(19.021.546,31)</u>
Eventos Conhecidos ou Avisados	(26.766.920,49)	(21.534.472,36)
Recuperação de Eventos Conhecidos ou Avisados	2.959.666,39	2.791.550,34
Outras Recuperações/Ressarcimentos/Deduções de Eventos	752,36	3.119,29
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(1.053.932,16)	(281.743,58)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	<u>(339.403,06)</u>	<u>4.994.759,38</u>
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	<u>(6.720,00)</u>	<u>(1.079.221,25)</u>
Resultado Bruto	<u>(346.123,06)</u>	<u>3.915.538,13</u>
Despesas Administrativas	<u>(2.934.565,91)</u>	<u>(2.607.830,01)</u>
Outras Receitas Operacionais	<u>2.163,24</u>	<u>2.052.767,61</u>
Outras Despesas Operacionais	<u>(23.752.504,19)</u>	<u>(22.377.079,81)</u>
Provisão Para Perdas sobre Créditos	7.483,28	(119.150,66)
Provisão Para Contingências - Operacional	(22.342.433,06)	(20.495.875,83)
Outras	(1.417.554,41)	(1.762.053,32)
Resultado Financeiro Líquido	<u>27.405.594,57</u>	<u>23.579.755,05</u>
Receitas Financeiras	27.471.538,81	25.041.464,68
Despesas Financeiras	(65.944,24)	(1.461.709,63)
Resultado Operacional	<u>374.564,65</u>	<u>4.563.150,97</u>
Resultado Líquido	<u>374.564,65</u>	<u>4.563.150,97</u>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social Assistencial Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil - R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Total	Demonstração do Resultado Abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2009	35.124.911,78	35.124.911,78	-
Superávit do Exercício	4.563.150,97	4.563.150,97	4.563.150,97
Saldos em 31 de dezembro de 2010	39.688.062,75	39.688.062,75	4.563.150,97
Superávit do Exercício	374.564,65	374.564,65	374.564,65
Saldos em 31 de dezembro de 2011	40.062.627,40	40.062.627,40	374.564,65

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - Assistencial Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em mil - R\$)

Descrição	2011	2010
Atividades Operacionais		
Recebimento de Planos de Saúde	25.904.954,52	24.101.868,81
Resgate de Aplicações Financeiras	42.998.455,39	13.879.362,54
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	4.391.468,06	548.902,79
Outros Recebimentos Operacionais	23.957,83	3.577.761,09
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(23.426.194,91)	(19.151.031,82)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(1.943.677,32)	(1.744.911,43)
Pagamento de Tributos	(1.996.023,93)	(1.957.905,19)
Aplicações Financeiras	(43.209.978,83)	(15.846.365,65)
Outros Pagamentos Operacionais	(2.704.819,13)	(3.402.529,89)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	38.141,68	5.151,25
Variação Líquida do Caixa	38.141,68	5.151,25
Variação Líquida do Caixa	38.141,68	5.151,25
Caixa - Saldo Inicial	10.901,05	5.749,80
Caixa - Saldo Final	49.042,73	10.901,05
Ativos Livres no Início do Período	41.250.887,09	36.051.450,07
Ativos Livres no Final do Período	41.722.264,14	41.250.887,09
Aumento nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	471.377,05	5.199.437,02

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2011 e de 2010

1. Contexto Organizacional

O AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e Operadora de Plano de Saúde na modalidade autogestão, constituindo-se, então, de Planos Previdenciários e Planos Assistenciais. O Plano Previdenciário foi constituído por prazo indeterminado, em 15 de novembro de 1979, autorizado a funcionar pelo Ministério da Previdência Social (MPS) em 8 de maio de 1980 e encontra-se sob o Registro nº 14 na PREVIC. O Plano Assistencial, também constituído por prazo indeterminado, em funcionamento desde 1º de setembro de 1994, foi registrado na ANS, sob o nº 368920, em 11 de setembro de 2001.

O AGROS administra dois planos previdenciários de Benefício Definido e um plano previdenciário de Contribuição Definida.

As Patrocinadoras dos Planos Previdenciários de Benefícios Definidos e do Plano Assistencial são:

- UFV - Universidade Federal de Viçosa; e
- AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social.

O Plano Previdenciário de Contribuição Definida, denominado AGROS CD-01 tem como Instituidores:

- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFVCredi);
- Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (SINDISEC);

- Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (FECON).

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Instituto não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado. Nos exercícios de 2011 e de 2010, o AGROS aplicou, no país, a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração dos recursos coletados e utilizados e de suas rendas, receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

2. Planos de Benefícios de Natureza Previdenciária

O AGROS oferece aos participantes os seguintes planos, que são reconhecidos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB – PREVIC):

- **Plano Previdenciário A (Celetista) - Benefício Definido:** corresponde ao plano original oferecido pelo AGROS, registrado no CNPB sob o nº 19.800.008-83. Esse plano de benefícios abrange:
 - Os funcionários da UFV que não são regidos pela Lei 8.112/90 - Regime Jurídico Único (RJU), portanto, sujeitos às regras e determinações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
 - Os funcionários do AGROS e dos ex-patrocinadores Centreinar e Fundação Arthur Bernardes (Funarbe).

Em 14/07/2010, o Conselho Deliberativo do AGROS (CDE) aprovou a Resolução nº 238/2010, que trata da destinação obrigatória do superávit, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes ativos do Plano A para 0,2%, exceto os que aderiram ao plano após dezembro de 2006.

Em dezembro de 2010, o CDE aprovou a Resolução nº 244/2010, suspendendo as contribuições de ativos, assistidos e patrocinadores do Plano A, pelo prazo de três anos, e criou o Fundo Previdenciário para Reserva Especial do Plano A, dando destinação ao superávit acumulado em três exercícios consecutivos e instituiu o benefício denominado Abono Temporário para os participantes assistidos.

A suspensão das contribuições de ativos, assistidos e patrocinadores do Plano A foi implan-

tada a partir de janeiro de 2011, e o benefício denominado Abono Temporário aguarda aprovação da PREVIC.

- **Plano Previdenciário B (Estatutário) - Benefício Definido:** Esse plano de benefícios, registrado no CNPB sob o nº 19.920.001-74, abrange todos os servidores da UFV regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU) e que, portanto, não estão sujeitos às regras e determinações da CLT e do RGPS.

Em 14/07/2010, atendendo aos normativos sobre destinação voluntária do superávit, o CDE aprovou a Resolução nº 238/2010, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes ativos do Plano B para 0,2%, que foi implantada a partir de agosto de 2010, exceto para aqueles que aderiram ao plano entre janeiro e abril de 2007.

Em dezembro de 2010, o CDE aprovou a Resolução nº 245/2010, criando o Fundo Previdenciário para Reserva Especial do Plano B, dando destinação, de forma voluntária, ao superávit e instituiu o benefício denominado Abono Temporário para os participantes assistidos. A implantação dessas medidas aguarda aprovação da PREVIC.

- **Plano Previdenciário C (AGROS CD-01) - Contribuição Definida:** O Instituto criou o plano de Instituidor denominado AGROS CD-01 e celebrou convênio com a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFVcredi), na condição de Instituidora do Plano, que foi aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar por meio da Portaria nº 2.174, de 02 de abril de 2008, registrado no CNPB sob o nº 20.080.010-83.

As metas atuariais para o ano 2011 dos planos de benefícios previdenciários: A (CLT) e B (RJU) correspondem à variação do INPC, acrescida de 5% a.a.

O Instituto adota o regime financeiro de capitalização para cálculo das provisões matemáticas relativas aos benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão dos Planos A e B. Em conformidade com o regime de capitalização, a provisão matemática resultante de cálculos atuariais é a diferença entre o valor atual dos compromissos de cada plano com o pagamento dos benefícios atuais e futuros aos participantes e beneficiários e o valor atual das contribuições futuras dos participantes e das pa-

trocadoras. O Plano de Instituidor AGROS CD-01 também adota o regime financeiro de capitalização para formação de seu Patrimônio de Cobertura das Provisões Matemáticas, referentes aos benefícios previdenciários programados, pagos na forma de renda mensal por prazo determinado ou indeterminado, calculados com base no saldo de conta do participante.

O AGROS, atendendo determinação do ERMG/PREVIC, elaborou estudo de segregação do patrimônio entre os planos A e B (CLT e RJU), referente ao período de 1990 a 2002, por meio de Comissão Interna Especial e está aguardando a apreciação e pronunciamento da PREVIC. Esta é uma importante definição para o AGROS, pois somente após a aprovação desse estudo é que a PREVIC autorizará a utilização do superávit. Além disso, poderá considerar e aprovar alterações nos regulamentos dos Planos Previdenciários do AGROS.

3. Apresentação e Principais Práticas Contábeis

3.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis, a partir de janeiro de 2010, foram elaboradas separadamente para cada segmento das atividades-fim (previdência e assistência), em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

Para o atendimento desses normativos, o AGROS aperfeiçoou seus controles internos, de forma a garantir informações segregadas por planos de benefícios e Plano de Gestão Administrativa (PGA), desde a origem até o seu registro na contabilidade, proporcionando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

3.2. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis e os procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

3.2.1. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas como: provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos,

provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3.2.2. Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, que estão em forma comparativa, com as duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

3.2.3. Ativo Realizável – Gestão Previdencial

As contribuições das patrocinadoras e dos participantes são contabilizadas pelo regime de competência. As contribuições em atraso da patrocinadora UFV são atualizadas monetariamente, até a data base das demonstrações contábeis, com base na variação da Taxa Referencial (TR) acrescida de 12% a.a., sem incidência de multa.

O Instituto registra provisão referente aos direitos creditórios pendentes de liquidação sobre os valores a receber em atraso, tais como dívidas do patrocinador, contratos de empréstimos e aluguéis a receber.

Para constituição dessas provisões, são adotados os seguintes percentuais:

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias;
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

3.2.4. Ativo Realizável – Gestão Administrativa

O Instituto registra as despesas que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes, como também, os adiantamentos de férias e 13º salários dos funcionários.

3.2.5. Ativo Realizável - Investimentos

Renda Fixa e Renda Variável: O Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), por meio da Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e disposições complementares, estabeleceu novos critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, a partir de 1º de janeiro de 2002. As principais mudanças introduzidas referem-se à classificação e ao critério de avaliação dos títulos em duas categorias distintas, como segue:

- **Títulos para negociação:** Referem-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

- **Títulos mantidos até o vencimento:** Referem-se a títulos e valores mobiliários avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do exercício, exceto ações não resgatáveis, para as quais haja intenção e capacidade financeira do Instituto para mantê-las em carteira até o vencimento;

- **Investimentos Imobiliários:** Estão registrados pelo valor reavaliado, como determinam a Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, e Resoluções CGPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e IN SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que preveem avaliação pelo menos a cada três anos. De acordo com a Política de Investimentos do AGROS, aprovada pela Resolução do Conselho Deliberativo nº 243/2010, de 15 de dezembro de 2010, a reavaliação dos imóveis do Instituto deve ser feita anualmente. A última avaliação ocorreu em dezembro de 2011. Os trabalhos de reavaliação dos imóveis foram realizados pela empresa RAJA Engenharia Ltda. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas correspondentes à vida útil estimada dos bens.

- **Operações com Participantes:** Estão avaliadas pelo valor das operações, corrigidas pelo INPC-IBGE, acrescidas de juros de 0,60% ao mês e taxa de administração de 0,10% ao mês. A Taxa de Quitação por Morte (TQM) e a Taxa para Formação do Fundo Garantidor de Prestações (FGP), de contratação opcional, variam de acordo com a reavaliação da Assessoria Atuarial, realizada nos meses de março, junho, setembro e dezembro. O prazo de contratação dos empréstimos varia de 06 a 72 meses. As normas das operações de empréstimos a participantes podem ser vistas na página do AGROS: www.agros.org.br.

Irregularidades na Carteira de Empréstimos

Foram tomadas todas as providências necessárias para os controles, além de todas as ações pertinentes às questões judiciais de responsabilidade civil e criminal, conforme dispõe a legislação. Foi contratada, ainda, empresa de auditoria especializada para levantar as informações que serviram de apoio às ações tomadas.

O AGROS repassou informações e prestou esclarecimentos às instâncias deliberativa e fiscal, além de realizar reuniões com os participantes com o mesmo objetivo. Vale ressaltar, ainda, que os valores desviados estão apropriados e provisionados na Contabilidade do Instituto.

Ativo Permanente

Representa os bens necessários ao funcionamento do Instituto. Tais bens são registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base em taxas anuais aplicáveis.

Em 2010, o Conselho Deliberativo aprovou a construção de um anexo à sede do AGROS. Foi firmado, assim, Termo Aditivo ao convênio original de 2004, sem necessidade de contrapartida financeira para a UFV. A realização dessa obra, concluída em 2011, teve como objetivo ampliar as instalações do AGROS, melhorando, assim, as condições de trabalho com reflexo na melhoria da qualidade do atendimento aos participantes.

3.2.6. Exigível Operacional

Representa os valores dos compromissos de curto prazo das Gestões Previdencial, Administrativa e de Investimentos.

3.2.7. Exigível Contingencial

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades das Gestões Previdencial, Administrativa e de Investimentos, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto.

3.2.8. Provisões Matemáticas

Resulta de cálculos atuariais do valor atual dos compromissos futuros referentes aos benefícios decorrentes de aposentadorias e de pensões a serem pagas aos participantes, deduzidos do valor atual das contribuições futuras.

3.2.9. Regime de Contabilização

As operações são registradas e apuradas em Regime de Competência, com exceção do plano AGROS CD-01 que, no recebimento de contribuições, utiliza o Regime de Caixa.

3.2.10. Apuração dos Fluxos de Investimentos

Os resultados positivos ou negativos dos investimentos são apurados no Fluxo de Investimentos de cada plano.

4. Gestão Previdencial (Valores em mil – R\$)

Ativo Realizável	2011	2010
Contribuições normais do mês a receber de patrocinadores	0	326
Contribuições normais do mês a receber de participantes	40	57
Contribuições normais em atraso a receber de patrocinadores	34.250	30.260
Contribuições normais em atraso a receber de participantes	0	9
(-) Provisão para Perdas s/Créditos de Liquidação Duvidosa	(34.250)	(30.260)
Total	40	392

5. Gestão Administrativa (Valores em mil – R\$)

Ativo Realizável	2011	2010
Despesas Antecipadas	411	16
Valores a Recuperar	4.782	4.254
Valores a Receber	2.870	2.186
Adiantamentos	151	190
Outros – Consignação de Valores	1	0
Total	8.215	6.646

6. Investimento

6.1. Composição de Valores dos Investimentos em Renda Fixa (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010
Renda Fixa		
Aplicações em Instituições Financeiras		
Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros	307.963	282.268
Quotas de Fundos de Empresas Emergentes	0	3.422
Total (*)	307.963	285.690

6.2. Composição de Valores dos Investimentos em Créditos Privados e Depósitos (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010
Companhias Abertas		
Debêntures não Conversíveis	6.526	6.128
Total	6.526	6.128

6.3. Os títulos dos fundos exclusivos a serem mantidos até o vencimento representados pelo valor líquido, são como seguem (Valores em mil – R\$)

Período	Valor
2013	7.815
2015	6.865
2017	3.954
Total	18.634

6.4. O Instituto classificou seus títulos e valores mobiliários de renda fixa existentes em 31 de dezembro de 2011, conforme descrito abaixo (Valores em mil – R\$)

Descrição	Títulos Mantidos até o Vencimento		Títulos para Negociação
	Custo	Mercado	Mercado
Carteira própria e fundos exclusivos	(1)	(2)	(2)
Aplicações em Instituições Financeiras Quotas de Fundos Exclusivos de Investimentos - Renda Fixa	0	18.634	229.490
Companhia Abertas (Título de Empresas) Debêntures não Conversíveis	0	6.526	0
Total da carteira própria e fundos exclusivos	0	25.160	229.490
Carteiras administradas por terceiros Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros - Renda Fixa - Fundos não Exclusivos	0	0	59.839
Total das carteiras administradas por terceiros	0	0	59.839
Total de investimentos em renda fixa	0	25.160	289.329

1. Valor de aquisição acrescido dos rendimentos obtidos calculados "pro rata tempore".
2. Valor líquido provável de realização, obtido mediante aplicação de modelo ou técnica de precificação.

6.5. O Instituto tem a intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

6.6. Composição de Valores dos Investimentos em Ações (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010
Ações		
Companhias Abertas		
Mercado à Vista	143.354	169.459
Total	143.354	169.459

6.7. Composição de Valores dos Investimentos em Empresas Emergentes (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010
Empresas Emergentes		
Quotas de Fundos de Empresas Emergentes	0	3.422
Total	0	3.422

As quotas de fundos de investimento em empresas emergentes representam a parcela do AGROS no Life Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes, que correspondem à participação de 33,45% do fundo. O fundo foi criado em junho de 2002 para administrar o aporte de recursos e a apropriação dos investimentos realizados no Hospital Life Center.

6.8. Composição de Valores dos Investimentos Imobiliários (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010
Investimentos Imobiliários		
(a) Imóveis em Construção	143	129
Edifício Comendador Barbosa Melo - Reforma	143	129
(b) Imóveis uso Próprio	353	326
Edifício Comendador Barbosa Melo Escritório Representações em BH	353	326
(c) Edificações Locadas à Patrocinadora	4.147	3.977
Edifício Comendador Barbosa Melo	3.367	3.227
Edifício Brasília Rádio Center	780	750
(d) Edificações Locadas a Terceiros	62.005	54.684
Centro Comercial Arthur Bernardes Filho	30.000	26.450
Galpão Comercial em Viçosa	1.270	1.188
Edifício Mirafiori	2.750	2.323
Edifício Comendador Barbosa Melo	5.805	5.336
Life Center - Centro Cirúrgico Avançado	22.180	19.387
(e) Aluguéis e Direitos a Receber	1.512	959
(g) (-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(214)	(46)
Total	67.946	60.029

O AGROS possui participação de 23,08% do complexo imobiliário hospitalar denominado Edifício Life Center.

Em dezembro de 2011, atendendo previsão da Política de Investimentos, o Instituto procedeu à reavaliação dos seus investimentos imobiliários, registrando o resultado na contabilidade em 31/12/2011. A reavaliação foi efetuada pela empresa RAJA Engenharia Ltda.

6.9. Composição de Valores da Reavaliação Imobiliária (Valores em mil – R\$)

Investimentos Imobiliários	Valor Contábil antes da Reavaliação	Valor Reavaliado 31/12/2011	Efeito da Reavaliação 31/12/2011
Imóvel de Uso Próprio	319	353	34
Edificações Locadas à Patrocinadora	3.728	4.147	419
Edificações Locadas a Terceiros	55.304	62.005	6.701
Total	59.351	66.505	7.154

Os ativos reavaliados continuarão a ser depreciados anualmente pela vida útil remanescente, estimada nos laudos de reavaliação.

6.10. Composição de Valores dos Empréstimos (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010
Operações com participantes		
Empréstimos a Participantes	61.257	56.529
Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida – EMAADI (1)	9.216	8.201
Total	70.473	64.730

(1) EMAADI – Os saldos dessa conta correspondem à concessão, aos participantes do Plano A, das importâncias equivalentes ao valor da Reserva de Poupança de cada um, sob a forma de Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida (EMAADI), com base em estudos atuariais e aprovação do Conselho Deliberativo. As amortizações ocorrem à medida que esses participantes se aposentam, com a aplicação de um fator redutor sobre os benefícios a serem pagos, operacionalizadas em forma de desconto na folha de Benefícios mensalmente.

6.11. Composição de Valores dos Outros Realizáveis (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010
Outros Realizáveis		
Coparticipações		
Fiança-Caução	161	179
Outros Valores a Realizar	4	0
Total	165	179

7. Permanente (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010
Imobilizado		
Instalações	17	18
Móveis e Utensílios	301	144
Máquinas e Equipamentos	191	148
Veículos	55	99
Biblioteca	7	6
Sistema de Comunicação	9	7
Computadores e Periféricos	177	196
Edificações – Sede do AGROS	1.163	1.189
Obras em Andamento – Anexo à Sede do AGROS	965	409
Subtotal	2.885	2.216
Intangível		
Software	30	1
Edificações - CCH/UFV (*)	0	392
Subtotal	30	393
Total	2.915	2.609

(*) O saldo contábil da conta de custos que o AGROS registrou com a construção do CCH/UFV, em contrapartida à construção da sua sede, foi transferido entre contas, por orientação da Auditoria, para a conta "Despesas Antecipadas", para melhor caracterização, onde continuará a ser amortizado.

8. Exigível Operacional (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010
Gestão Previdenciários		
Benefício de pagamento único	0	36
Retenções a Recolher	593	284
Outras Exigibilidades	2.265	2
Total	2.858	322
Gestão Administrativa		
Pessoal e Encargos a Pagar	1.899	1.408
Serviços Prestados	74	132
Fornecedores	4	3
Retenções a Recolher	342	230
Tributos a Pagar	9	1.689
Créditos de Terceiros	9	0
Total	2.337	3.462
Investimentos		
Investimentos Imobiliários	10	10
Operações com Participantes	376	497
Outros Investimentos – Poupança - Fiança-Caução	165	180
Total	551	687
Total do Exigível Operacional	5.746	4.471

9. Exigível Contingencial (Valores em mil – R\$)

Composição	Saldo em 31.12.2011	Acréscimo (Decréscimo) em 2011	Saldo em 31.12.2010
Gestão Previdenciária	0	(163)	163
Gestão Administrativa	4.703	337	4.366
Investimentos	18.686	1.578	17.108
Total das Provisões Contingenciais	23.389	1.752	21.637

O AGROS constituiu provisão em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, tributárias, encargos sociais, aspectos civis e outros assuntos.

10. Patrimônio de Cobertura dos Planos

O Patrimônio de Cobertura dos Planos é formado pelo conjunto de contas que registram os compromissos atuariais e o excedente patrimonial apurado nos resultados dos planos.

O montante das Provisões Matemáticas consignadas no Balanço Patrimonial foi determinado pela assessoria atuarial ATEST – Consultoria Atuarial.

Os resultados dos planos decorrem da apuração contábil nos balancetes de cada plano, que é o confronto entre o arrecadado e as utilizações de recursos, adicionando-se os resultados financeiros obtidos (positivo ou negativo) dos investimentos.

A movimentação do exercício pode ser resumida da seguinte forma:

10.1 - Provisões Matemáticas (Valores em mil – R\$)

Composição	Saldos em 31.12.2011	Constituições ou Reversões no Exercício	Saldos em 31.12.2010
Provisões Matemáticas			
Benefícios Concedidos	152.742	7.477	145.265
Benefícios Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	152.742	7.477	145.265
- Benefícios Programados - Plano A - CLT	49.434	1.623	47.811
- Benefícios Programados Plano B – RJU	103.308	5.854	97.454
Benefícios a Conceder	218.413	11.877	206.536
Contribuição Definida - CD	1.361	814	547
- Plano AGROS CD-01	1.361	814	547
Benefícios Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos - BD	147.137	5.242	141.895
- Benefícios Programados - Plano A - CLT	32.228	6.806	25.422
- Benefícios Programados - Plano B – RJU	114.909	(1.564)	116.473
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos - BD	69.915	5.821	64.094
- Benefícios Não Programados - Plano A – CLT	3.916	740	3.176
- Benefícios Não Programados - Plano B – RJU	65.999	5.081	60.918
Total das Provisões Matemáticas	371.155	19.354	351.801

10.2. Resultado Realizado

Composição	Saldos em 31.12.2011	Constituições ou Reversões no Exercício	Saldos em 31.12.2010
Resultado Realizado			
Superávit Técnico Acumulado	77.631	(12.127)	89.758
Reserva de Contingências	77.631	(10.182)	87.813
Plano A – CLT	6.722	(12.380)	19.102
Plano B – RJU	70.909	2.198	68.711
Reserva Especial para Revisão do Plano	0	(1.945)	1.945
Plano A – CLT	0	0	0
Plano B – RJU	0	(1.945)	1.945
Total do Resultado Realizado	77.631	(12.127)	89.758
Patrimônio de Cobertura dos Planos	448.786	7.227	441.559

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - Geração Atual: corresponde ao valor atual dos compromissos futuros com participantes assistidos e beneficiários, em gozo de benefícios.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: São provisões atuariais correspondentes à diferença entre o valor dos benefícios para a geração atual que ainda não esteja em gozo de benefício, e o valor dos benefícios para a geração futura, menos o valor das contribuições das patrocinadoras, da geração atual e das gerações futuras, segregada como segue:

- Benefícios do Plano - Geração Atual: correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios (participantes ativos).
- Outras Contribuições da Geração Atual: correspondem ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a receber das patrocinadoras e dos integrantes da geração atual, que ainda não estejam em gozo de benefícios.
- Benefícios do Plano com Gerações Futuras: correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes das gerações futuras, descontado do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando em gozo de benefícios.

Superávit Técnico Acumulado- corresponde à sobra patrimonial em relação às reservas

matemáticas líquidas, composto da seguinte forma:

- Reserva de Contingências: corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% das provisões matemáticas.
- Reserva Especial para Revisão de Plano: corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, acima de 25% das provisões matemáticas.

Os dados fornecidos para a avaliação atuarial de 2011 refletem a realidade dos planos: Plano A (CLT) e Plano B (RJU) em 31/10/2011; Plano C (AGROS CD-01) em 31/12/2011.

11. Fundos

11.1. Fundo Previdencial: Fundo especial criado a partir da destinação do superávit, com o objetivo de garantir os benefícios estabelecidos conforme Resolução do CDE.

11.2. Fundo Administrativo: Fundo destinado à cobertura de despesas administrativas dos planos de benefícios.

11.3. Fundo de Investimentos: Fundos destinados à cobertura de situações especiais na Carteira de Empréstimos, como Liquidação de Saldo de Empréstimos por Morte de Participantes e Fundo Garantidor de Prestações, que permite a dispensa dos avalistas nos contratos de empréstimos.

11.4. Evolução dos Fundos

Identificação dos Fundos	2011	2010
Fundo Previdencial	99.357	102.528
Fundo Administrativo	29.184	25.119
Fundo de Investimentos	1.240	623
Saldo dos Fundos	129.781	128.270

12. Plano de Gestão Administrativa

O AGROS funciona administrativamente separado da patrocinadora UFV, com recursos, orçamento e estrutura próprios.

As fontes de custeio administrativo previstas na Lei Complementar nº 108/2001 foram definidas em normas do órgão regulador e fiscalizador, quando da criação do Plano de Gestão Administrativa (PGA), previsto na Resolução nº CGPC 28/2009, de 26/01/2009, e na Instrução Normativa nº 34/2009, de 24/9/2009. O regulamento do PGA foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 23/02/2010. Esse plano tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do AGROS.

Essas fontes de Custeio Administrativo, para a cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios, constituem-se de contri-

buições de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, resultado dos investimentos, receitas administrativas e fundo administrativo.

12.1. Critério de Rateio das Despesas Administrativas

As despesas administrativas de natureza comum são rateadas entre as Gestões Previdenciais, Assistenciais e de Investimentos, com percentuais de 92%, 7% e 1%, respectivamente, definidos no Orçamento pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.

Para determinação do rateio dessas despesas comuns dentro do PGA e para atribuí-las aos planos previdenciários, foram utilizados os critérios de proporção da participação de cada plano de benefício no patrimônio, sendo: Plano A, 24,96%, Plano B, 75% e Plano C, 0,04%.

Movimentação contábil registrada no Fundo Administrativo (Valores em mil – R\$)

Descrição	2011	2010
Saldo no Início do Exercício	25.119	27.561
Receitas	14.119	9.506
(-) Despesas	(12.315)	(15.754)
(-) Constituições / Reversões de Contingências	(333)	(412)
Fluxo dos Investimentos	2.594	4.218
Evolução do Fundo Administrativo	4.065	(2.442)
Saldo no Final do Exercício	29.184	25.119

13. Patrimônio Social dos Planos

Identificação do Plano	2011	2010
Plano A (CLT)	132.616	137.952
Plano B (RJU)	444.590	431.330
Plano C (AGROS CD-01)	1.361	547
Saldo no Final do Exercício	578.567	569.829

14. Gestão Assistencial (Plano de Saúde)

Os valores da Gestão Assistencial apresentados de forma sintética no Balanço Patrimonial do AGROS podem ser lidos, em maior nível de detalhes, nas publicações específicas do Plano de Saúde, e os valores estão assim compostos:

14.1. Ativos do Assistencial

Contas	2011	2010
Disponível	49	11
Aplicações	43.595	42.622
Créditos de Operações com Planos de Saúde	3.335	2.869
Outros Valores e Bens	5	379
Realizável a Longo Prazo	0	88
Total dos Ativos	46.984	45.969

14.2. Passivos do Assistencial

Contas	2011	2010
Provisões Técnicas de Operações de Assistência	4.108	3.287
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	201	252
Débitos de Oper. Assist. Não Relacionados c/ o Plano	3	2
Tributos e Contribuições a Recolher	380	326
Débitos Diversos	615	838
Exigível a Longo Prazo – Provisões	1.614	1.576
Patrimônio Social – Fundo Assistencial	40.063	39.688
Total do Passivo	46.984	45.969

As Notas Explicativas da atividade Assistencial estão emitidas em documento próprio e em separado, tendo em vista o atendimento de Normas específicas editadas pela ANS.

15. Instrumentos Financeiros

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização. Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2011, tais como, contratos a termo, futuros, *swap* e empréstimos de ações.

16. Gerenciamento de Riscos

A entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, realiza monitoramento por meio de sistema contratado junto à Risk Office Consultoria

Financeira Ltda., e vem adotando ações que contribuem para o controle de riscos.

17. Cobertura de Seguros

É prática do AGROS manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado e para os investimentos imobiliários sujeitos a riscos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

18. Alteração da Legislação Societária Brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que modificou alguns dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). A Lei, com vigência a partir de janeiro de 2008, exigiu, principalmente, a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil aos padrões contábeis internacionais estabelecidos pelas normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e os órgãos reguladores das EFPC e OPS emanam suas normas contábeis observando tais exigências.

19. Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (FUNPRESP)

O AGROS vem acompanhando, diretamente e por meio da Associação Brasileira das Entida-

des Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP), a tramitação na Câmara dos Deputados do projeto de Lei 1992/2007, que cria o FUNPRESP. A criação do FUNPRESP, que deverá ser o maior fundo de pensão do país a médio prazo, visa abrigar os novos servidores públicos federais contratados a partir da promulgação da lei, que se aposentarão com o valor do teto nacional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) acres-

cido da reserva complementar que for constituída por meio das contribuições dos servidores e do governo, na proporção paritária até 8,5%. Esta legislação não afetará os Fundos de Pensão já existentes, como o AGROS, que certamente serão preservados pela longa história de mais de três décadas de expertise e credibilidade estando, inclusive, aptos a fazerem convênio para atuar em conjunto com o FUNPRESP.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial nos Exercícios de 2011 e de 2010

1. Contexto Operacional

O AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e Operadora de Plano de Saúde na modalidade autogestão, constituindo-se, então, de Planos Previdenciários e Planos Assistenciais. O Plano Previdenciário foi constituído por prazo indeterminado, em 15 de novembro de 1979, autorizado a funcionar pelo Ministério da Previdência Social (MPS) em 8 de maio de 1980 e encontra-se sob o Registro nº 14 na PREVIC. O Plano Assistencial, também constituído por prazo indeterminado, em funcionamento desde 1º de setembro de 1994, foi registrado na ANS, sob o nº 368920, em 11 de setembro de 2001.

Para atender aos seus objetivos, o AGROS administra três planos de benefícios previdenciários e um plano de assistência à saúde.

As patrocinadoras dos planos previdenciários, de benefícios definidos, e do plano assistencial são:

- Universidade Federal de Viçosa (UFV); e
- AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social.

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Instituto não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado. Nos exercícios de 2011 e de 2010, o AGROS aplicou, no país, a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração dos recursos coletados e utilizados e de suas rendas, receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas da atividade Previdencial estão emitidas em documento próprio e em separado, tendo em vista o atendimento às Normas específicas editadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

2. Apresentação das Demonstrações e principais práticas contábeis

2.1. Apresentações das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as normas contidas na Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e na Lei nº 9.656/98, que regulamenta os Planos Privados de Assistência à Saúde, e com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações contábeis, a partir de janeiro de 2010, foram elaboradas, separadamente para cada segmento das atividades-fim (previdência e assistência), em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

Para o atendimento desses normativos, o AGROS aperfeiçoou seus controles internos, de forma a garantir informações segregadas por planos de benefícios previdenciários, plano de gestão administrativa e Plano Assistencial, desde a origem até o seu registro na contabilidade, proporcionando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

2.2. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

2.2.1. Escrituração Contábil

Adota-se o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, o que implica no reconhecimento das receitas, dos custos e das despesas no período em que efetivamente ocorrem, independentemente de seu pagamento ou recebimento.

2.2.2. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Para a atividade Assistencial foi adotado o seguinte critério: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

2.2.3. Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. O AGROS elaborou os demonstrativos de forma comparativa, com as duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

2.2.4. Aplicações

As aplicações são classificadas como destinadas à negociação, ou seja, são realizadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e são atualizadas pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período, incluindo as aplicações financeiras dos recursos

garantidores das reservas técnicas vinculadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar.

2.2.5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os "Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde" são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de "Contraprestações Efetivas" de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, por se tratar de plano coletivo empresarial. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição da provisão para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.2.6. Provisão de Eventos a Liquidar

A provisão de eventos a liquidar é registrada com base em faturas dos prestadores de serviços, processadas até o final de cada mês, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis, bem como as cobranças do Ressarcimento Sistema Único de Saúde(SUS).

2.2.7. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A PEONA foi constituída de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 209/09, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O valor dessa provisão foi integralmente constituído até dezembro de 2011, com seu respectivo ativo garantidor vinculado à referida agência reguladora.

2.2.8. Demais Ativos e Passivos Circulantes

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

2.2.9. Exigível a Longo Prazo

O AGROS constituiu, em seu plano assistencial, provisão em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões tributárias, aspectos civis e outros assuntos.

2.2.10. Patrimônio Social

O patrimônio social da entidade corresponde aos resultados superavitários, deduzido dos re-

sultados deficitários de sua atividade, acumulados até a data do balanço.

3. Planos de Benefícios de Natureza Assistencial

O plano assistencial conta com os seguintes produtos:

- PAS-UFV (Plano de Assistência à Saúde dos Participantes do AGROS);
- AGROS Saúde I com Odontologia;
- AGROS Saúde I sem Odontologia;
- AGROS Saúde II com Odontologia;
- AGROS Saúde II sem Odontologia.

Em 18 de novembro de 2009, o AGROS obteve o registro definitivo concedido pela ANS para atuar no mercado de saúde suplementar como operadora de planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão (ANS nº 368920), conforme publicado no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2009.

O PAS-UFV é um plano ativo, com comercialização suspensa, conforme seu cadastro junto à ANS. Os produtos denominados AGROS Saúde foram criados em conformidade com a Portaria Normativa nº 01, de 27/12/2007, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), alterada pela Portaria Normativa nº 5, de 11/10/2010, SRH/MPOG, fazendo parte do Convênio 035/2007 celebrado entre o AGROS e a UFV.

Todos os Planos de Saúde administrados pelo AGROS permitem a inscrição de dependentes diretos e dependentes especiais. Os pais dependentes econômicos para fins de imposto de renda do participante só podem ser inscritos nos Planos AGROS Saúde.

3.1. Custeio

De acordo com disposição específica dos seus Regulamentos, o custeio dos planos denominados AGROS Saúde será atendido pelas seguintes fontes de receita:

- a. Contribuições mensais dos Beneficiários Titulares, em virtude de sua inscrição e da inscrição de seus Dependentes e Dependentes Especiais, bem como dos Pensionistas;
- b. Coparticipações do Beneficiário;
- c. Valores repassados pelas patrocinadoras e destinados aos beneficiários que façam jus ao

patrocínio, conforme estabelecido pela legislação aplicável e demais instrumentos que regulam a existência de patrocínio, dentre eles, os contratos e convênios constituídos para esse fim;

- d. Receitas provenientes do Fundo Assistencial, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo do AGROS e definido em atos normativos da entidade;
- e. Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não onerosos para o AGROS.

As receitas previstas nas alíneas "a", "b" e "c", denominadas Receitas Assistenciais, são obtidas segundo os critérios descritos nos subitens a seguir:

3.1.1. Contribuição dos Beneficiários

Titulares e Dependentes Diretos

O valor da contribuição mensal dos beneficiários titulares e de seus dependentes diretos é definido em função de sua faixa etária, conforme tabela constante no plano de custeio. Inicialmente, é calculado o total das contribuições do titular, tomando-se por base a sua idade e a de seus dependentes diretos e os respectivos valores constantes na referida tabela.

Do total das contribuições atribuídas ao titular, em função de seu grupo familiar, é deduzido o montante referente ao subsídio do Governo Federal, previsto na Portaria Conjunta SRH/SOF/MP nº 01, de 29 de dezembro de 2009, calculado de acordo com o estabelecido no Plano de Custeio dos planos assistenciais.

O valor da contribuição total do titular, após dedução do subsídio governamental, está limitado a um teto que não poderá ser superior a 5% do seu salário de contribuição. O excedente, caso haja, será custeado por recursos do Fundo Assistencial.

Para ativos e aposentados, o cálculo do teto é feito por grupo familiar; para pensionistas, o cálculo é individual, devido à forma de operacionalização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Dependentes Especiais

A contribuição dos dependentes especiais é determinada em função da faixa etária de cada um, em conformidade com tabelas constantes nos planos de custeio.

3.1.2. Contribuição das Patrocinadoras

Patrocinadora UFV

A contribuição da patrocinadora UFV corresponde ao subsídio governamental, concedido exclusivamente aos titulares e seus dependentes diretos, estabelecido com base na tabela definida na Portaria Conjunta SRH/SOF/MP nº 1/2009.

Patrocinadora AGROS

A contribuição da patrocinadora AGROS é determinada segundo os critérios de cálculo da contribuição da patrocinadora UFV.

3.1.3. Coparticipação do Beneficiário

Além das contribuições definidas nos subitens 3.1.1 e 3.1.2, os beneficiários dos Planos AGROS Saúde estão sujeitos a coparticipação nos custos dos procedimentos utilizados, conforme percentuais definidos a seguir:

- Consultas Médicas: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento para os planos AGROS Saúde e 50% para o PAS-UFV;
- Procedimentos Odontológicos: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento para os planos com cobertura odontológica;
- Exames: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento, limitado a R\$ 100,00 (cem reais), por exame;
- Consultas/Sessões com nutricionistas, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento, até o limite de consultas/sessões previsto no Rol de Procedimentos da ANS, e 100% (cem por cento) do valor dos procedimentos que excederem o referido limite;
- Fisioterapia: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento, limitado a R\$ 100,00 (cem reais) por procedimento;
- Acupuntura: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento, limitado a R\$ 100,00 (cem reais) por procedimento;
- Internações Psiquiátricas e por Dependência Química: 30% (trinta por cento) do valor dos serviços prestados a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de internação.

3.1.4. Fundo Assistencial

O Fundo Assistencial, comum a todos os planos assistenciais administrados pelo AGROS, foi

instituído pela Resolução nº 54/1993 do então Conselho de Administração e Diretoria Executiva do Instituto e homologado pela patrocinadora Universidade Federal de Viçosa, pela Portaria nº 1.190/1993, cujo montante foi indicado atuarialmente no Estudo B-02, alternativa 02, da Nota Técnica STEA: D.T.A 2/1657/93/187, em consonância com o §1º do artigo 39 da Lei nº 6.435/1977 e com o artigo 120 do Regulamento Básico do AGROS vigente à época.

As receitas provenientes do Fundo Assistencial são destinadas à cobertura das seguintes despesas:

- Gastos assistenciais relativos aos participantes inscritos no PAS-UFV até 1º de setembro de 2005, e aos participantes fundadores do plano de benefício de natureza previdenciária do AGROS, conforme previsto na Nota 2 da Resolução nº 201/2008 do Conselho Deliberativo;
- Diferença entre o valor calculado para a contribuição e o valor final de contribuição, em virtude da adoção do teto de 5% do salário de contribuição;
- Contribuição mensal, determinada segundo os mesmos critérios de cálculo do subsídio Governamental, previsto no Plano de custeio, para os aposentados e pensionistas do Plano A;
- Destinação mensal de 0,3% dos recursos do Fundo para o Programa de Prevenção de Doenças e Promoção à Saúde a ser instituído pelo AGROS.

3.2. Garantias Financeiras

O AGROS está sujeito à constituição ou observância, conforme o caso, das seguintes Garantias Financeiras previstas na Resolução RN ANS nº 209/2009, na forma e prazo estabelecidos no referido normativo:

- Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor mínimo a ser observado no Patrimônio Social da Entidade. Trata-se de um compromisso da operadora e não do plano de saúde.
- Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados (PEONA): provisão destinada a fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Operadora.
- Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL): provisão destinada ao pagamento dos eventos já ocorridos e avisados à operadora, mas que ainda não tenham sido quitados.

4. Aplicações

As aplicações incluem os recursos garantidores das reservas técnicas, vinculadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar. Em 31 de dezembro apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Vinculadas a Provisões Técnicas		
Títulos de Renda Fixa		
Quotas de Fundos de Exclusivos de Investimentos	1.921.790,69	1.382.238,74
Não Vinculadas		
Títulos de Renda Fixa		
Quotas de Fundos de Exclusivos de Investimentos	41.673.221,41	41.239.986,04
TOTAL	43.595.012,10	42.622.224,78

5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2011	2010
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		
Contraprestações Pecuniárias a Receber	2.728.021,54	2.395.242,46
Outros Créditos de Operações c/Plano de Saúde	607.325,45	473.613,85
Total	3.335.346,99	2.868.856,31

Os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde.

6. Passivo Circulante

Descrição	2011	2010
PASSIVO CIRCULANTE		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		
Provisões de Eventos a Liquidar	1.914.257,59	2.146.518,64
Provisões para Eventos Ocorridos e Não Avisados	2.194.348,64	1.140.416,48
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		
Contraprestação a Restituir	17.223,20	105.625,93
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	183.743,27	146.459,93
Débitos de Oper. de Assist. à Saúde Não Relacionados. C/ Planos de Saúde da Operadora	3.548,42	2.447,55
Tributos e Contribuições a Recolher	379.862,63	325.385,70
Débitos Diversos	614.933,04	838.046,41
Total	5.307.916,79	4.704.900,64

7. Passivo Não Circulante

Composição	Saldo em 31/12/2011	Acréscimos (decréscimos) de 2011	Saldo em 31/12/2010
Exigível a Longo Prazo			
Provisões	1.613.750,42	37.914,17	1.575.836,25
Total	1.613.750,42	37.914,17	1.575.836,25

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades da gestão assistencial, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto.

8. Patrimônio Social

O patrimônio social da entidade constituído pelos resultados superavitários, deduzido dos resultados deficitários de sua atividade, acumulados até a data do balanço, destina-se à cobertura de despesas da atividade assistencial, relativo aos planos de saúde administrados pela entidade, na forma do regulamento.

	2011	2010
Patrimônio Social	40.062.627,40	39.688.062,75
Saldo	40.062.627,40	39.688.062,75

9. Conciliação do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A entidade, em atendimento ao que determina o item 22, do Pronunciamento Técnico CPC 03, apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. A conciliação resume-se em apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens reconciliados, à semelhança do que deve fazer a entidade que use o método indireto em relação aos ajustes ao lucro líquido ou prejuízo para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Descrição	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	374.564,65	4.563.150,97
Ajustes para conciliação do resultado do período com a geração/utilização de caixa nas atividades operacionais:	821.671,11	476.103,93
. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	821.671,11	476.103,93
Resultado do Período Ajustado	<u>1.196.235,76</u>	<u>5.039.254,90</u>
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	<u>(977.353,29)</u>	<u>(5.476.990,48)</u>
. Aplicações	(972.787,32)	(5.569.976,15)
. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(466.490,68)	(1.070.441,86)
. Títulos e Créditos a Receber	(176,66)	(28,34)
. Valores e Bens	462.101,37	119.200,88
. Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	1.044.254,99
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	<u>(180.740,79)</u>	<u>442.886,83</u>
. Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(51.119,39)	57.439,31
. Déb. Oper. Assist. Saúde Não Rel. C/Pl. Saúde da Operadora	1.100,87	2.447,55
. Tributos e Contribuições a Recolher	54.476,93	(41.840,83)
. Provisões	37.914,17	(36.378,85)
. Débitos Diversos	(223.113,37)	461.219,65
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	<u>38.141,68</u>	<u>5.151,25</u>

10. Despesas Administrativas

10.1. Despesas Administrativas Comuns

As despesas administrativas de natureza comum são custeadas pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA) e posteriormente reembolsadas na proporção do rateio orçamentário.

10.2. Despesas Administrativas Específicas do Plano Assistencial

As despesas administrativas de natureza específica do plano assistencial são atribuídas diretamente ao Plano Assistencial, que faz o pagamento por meio da utilização de seus recursos financeiros.

11. Instrumentos Financeiros

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização.

Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2011, tais como, contratos a termo, futuros, *swap* e empréstimos de ações.

12. Gerenciamento de Riscos

A entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, realiza monitoramento por meio de sistema contratado junto à Risk Office Consultoria Financeira Ltda., e vem adotando ações que contribuem para o controle de riscos.

Viçosa, 31 de dezembro de 2011.

Regimar Ferreira de Freitas
Gerente de Contabilidade - CRC-MG 53.166

Constantino José Gouvêa Filho
Diretor Administrativo-Financeiro

José Henrique de Oliveira
Diretor de Seguridade

Luiz Sérgio Saraiva
Diretor Geral

Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista Encerramento do exercício de 2011

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o Plano Previdenciário Celetista do AGROS apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2011.

Apurados os compromissos e mantido o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit da ordem de R\$ 6,7 milhões, registrado em sua totalidade na Reserva de Contingência.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano Previdenciário Celetista do AGROS.

Belo Horizonte, 06 de março de 2012.

ATEST – Atuária e Estatística Ltda.
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88

Jaqueline Figueiredo Ferreira
Atuária MIBA 2.211

Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Técnico
Atuário MIBA 506

Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário Encerramento do exercício de 2011

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o Plano Previdenciário Estatutário do AGROS apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2011.

Apurados os compromissos e mantido o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit da ordem de R\$ 70,9 milhões, contabilizados na conta Reserva de Contingência.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano Previdenciário Estatutário do AGROS.

Belo Horizonte, 06 de março de 2012.

ATEST – Atuária e Estatística Ltda.
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária –
CIBA 88

Jaqueline Figueiredo Ferreira
Atuária MIBA 2.211

Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Técnico
Atuário MIBA 506

Parecer Atuarial do Plano Instituidor AGROS CD-01 Encerramento do exercício de 2011

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial, hipóteses apropriadas e características de plano de contribuição definida, o Plano Instituidor AGROS CD-01 do AGROS encontra-se em situação de equilíbrio financeiro e atuarial.

As provisões matemáticas do plano equivalem a R\$ 1,361 milhões.

Belo Horizonte, 06 de março de 2012.

ATEST – Atuária e Estatística Ltda.
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária –
CIBA 88

Jaqueline Figueiredo Ferreira
Atuária MIBA 2211

Ivan Sant'Ana Ernandes
Atuário MIBA 506
Diretor Técnico

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes do
AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL
Viçosa - MG

Examinamos as demonstrações contábeis do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social consolidada e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das obrigações atuariais, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

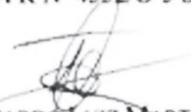
Outros Assuntos

Auditoria dos Valores correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de março de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Belo Horizonte, 07 de março de 2012.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 4552/O-5 S/MG



RICARDO LUIZ MARTINS
Contador CRC-RS Nº 036.460/O-8 T/PR S/MG

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Administradores do
AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL
Viçosa - MG

Examinamos os demonstrativos relativos à Gestão Assistencial do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Os demonstrativos foram elaborados pela administração da entidade tomando por modelo os relatórios financeiros instituídos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, através da Resolução Normativa nº 247, regulamentada pela instrução normativa nº 46, ambas de 25 de fevereiro de 2011.

Responsabilidade da Administração sobre os Demonstrativos Financeiros

A administração da entidade é responsável pela preparação dos demonstrativos, que foram elaborados de acordo com os modelos de relatórios financeiros e normas aplicáveis às entidades supervisionadas Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração, livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os demonstrativos com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o demonstrativo está livre de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nos demonstrativos. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nos demonstrativos, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação dos demonstrativos da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação do demonstrativo tomado em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, os demonstrativos financeiros, representados pelo balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e do fluxo de caixa do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, em 31 de dezembro de 2011, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as disposições estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, para a elaboração desses relatórios financeiros.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores correspondentes ao Exercício Anterior

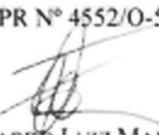
Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de março de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Elaboração dos Demonstrativos e Restrição sobre sua Distribuição

Os demonstrativos foram elaborados para auxiliar o **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL** a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Consequentemente, os demonstrativos podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação da entidade e para a Agência Nacional de Saúde Suplementar e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes.

Belo Horizonte, 07 de março de 2012.

GRUNITZKY AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR N° 4552/O-5 S/MG



RICARDO LUIZ MARTINS
Contador CRC-RS/N° 036.460/O-8-T/PR S/MG

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do AGROS - INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou: "Demonstração dos Balanços Patrimoniais - Consolidada"; "Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada"; dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (AGROS-CD-01): "Demonstração do Ativo Líquido", "Demonstração da Mutação do Ativo Líquido", "Demonstração das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios"; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada", "Balanço Patrimonial Assistencial - Ativo e Passivo", "Demonstração do Resultado - Assistencial", Demonstração das Mutações do Patrimônio Social", Demonstração dos Fluxos de Caixa Assistencial, "Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis", cópia dos Pareceres Atuariais dos Planos Previdenciários Celetistas, Estatutário e AGROS-CD-01, bem como as contas e os atos da Diretoria Executiva relativos ao **exercício de 2011**, constantes do **Relatório Anual de Informações**.

Baseado nesses exames e em análises procedidas nos balancetes e demais demonstrativos, nas informações complementares obtidas junto aos órgãos financeiros, administrativos e contábeis da Instituição e, ainda, nos Pareceres da Assessoria Actuarial e dos Auditores Independentes, o Conselho é de parecer que as contas e demonstrações financeiras, acima mencionadas, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do AGROS, em 31 de dezembro de 2011, reunindo, assim, condições para serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Instituto.

Viçosa, 21 de março de 2012.

Moacir Albuquerque Gomes de Lima
Fernando Diogo
Afonso A. T.de Freitas de Carvalho Lima
Mariluce Pires Vieira Soares

Antônio Joaquim Macabeu
Nilton Alves Gonzaga
Augusto César de Queiroz
Aloísio de Castro Cardoso

Resolução N° 266 / 2012

O Conselho Deliberativo do AGROS – INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou: “Demonstração dos Balanços Patrimoniais - Consolidada”; “Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada”; dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (AGROS-CD-01): “Demonstrac o do Ativo Liquido”, “Demonstrac o da Mutação do Ativo Liquido”, “Demonstrac o das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios”; Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada”, “Balanço Patrimonial Assistencial – Ativo e Passivo”, “Demonstrac o do Resultado – Assistencial”, Demonstrac o das Mutações do Patrimônio Social”, Demonstrac o dos Fluxos de Caixa Assistencial, “Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis”, cópia dos Pareceres Atuariais dos Planos Previdenciários Celetistas, Estatutário e AGROS-CD-01, bem como as contas e os atos da Diretoria Executiva relativos ao **exercício de 2011**, constantes do **Relatório Anual de Informac es**.

Considerando os pareceres favoráveis da Assessoria Actuarial, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho Deliberativo concluiu ainda que as referidas demonstrações contábeis e financeiras refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Instituto em **31 de dezembro de 2011**, deliberando pela sua aprovação.

Viçosa, 27 de março de 2012.

Sylvia do Carmo Castro Franceschini
José Aparecido de Paula
José Júlio de Souza
M rcia Rogéria de Almeida Lamêgo
Sebastião Carlos da Fonseca

Guilherme Nacif de Faria
José Batista da Silva
Ant nio Raimundo Charr o Rodrigues
Evaristo Luciano Rosa
Ant nio Teixeira Cordeiro

Diretoria Executiva

Luiz Sérgio Saraiva (Diretor Geral)
José Henrique de Oliveira (Diretor de Seguridade)
Constantino José Gouvêa Filho (Diretor Administrativo-Financeiro)

Conselho Deliberativo

Sylvia do Carmo Castro Franceschini (Presidente)
Guilherme Nacif de Faria
Marcia Rogéria de Almeida Lamêgo
Ely Rosa
Evaristo Luciano Rosa
Álvaro de Araújo
José Júlio de Souza
Antônio Raimundo Charrão Rodrigues
José Aparecido de Paula
José Batista da Silva
Sebastião Carlos da Fonseca
Antônio Teixeira Cordeiro

Conselho Fiscal

Moacir Albuquerque Gomes de Lima (Presidente)
Fernando Diogo
Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima
Mariluce Pires Vieira Soares
Antônio Joaquim Macabeu
Nilton Alves Gonzaga
Augusto César de Queiroz
Aloísio de Castro Cardoso

Viçosa – MG
Avenida Purdue, s/n
Campus da UFV
Tel: (31) 3899-3500

Belo Horizonte – MG
Rua Sergipe, 1087 – 10º andar
Tel: (31) 3227-5878
Fax: (31) 3284-9833

Florestal – MG
Rua Joviano Alves Moreira, loja 4
Tel: (31) 3536-2100
Fax: (31) 3536-3000

